

ENSINO DE LÍNGUA INGLESA PARA A TERCEIRA IDADE: A OFERTA DOS CURSOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL

ALESSANDRA LELES ROCHA (UFU) THAÍS DE SOUZA CORSINO (UFU)

RESUMO: Este trabalho relata a atividade de conclusão proposta pela disciplina PIPE 5 – Projeto Integrado de Práticas Educativas / O ensino de Língua Inglesa para adultos da Terceira Idade, oferecida pelo curso de Letras, da Universidade Federal de Uberlândia. Assim, tal atividade consistiu de um levantamento quanto à oferta de cursos de Extensão Universitária, das Universidades Federais de todo o Brasil, voltados ao ensino de idiomas para a Terceira Idade, identificando sua distribuição geográfica e propostas metodológicas. Os resultados apontaram para uma necessidade de ampliação da oferta dos cursos de Extensão Universitária, das Universidades Federais brasileiras, voltados ao ensino de idiomas para a Terceira Idade; bem como, o detalhamento das informações metodológicas a respeito dos mesmos.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino-aprendizagem. Língua Inglesa. Formação docente. Terceira Idade.

ABSTRACT: This paper reports the final activity proposed by PIPE 5 - Integrated Project of Educational Practices / English Language Teaching for Elderly, offered by the course of Language, Federal University of Uberlândia. Thus, this activity consisted of a survey about the offer of University Extension courses, from Federal Universities all over Brazil, focused on teaching languages for elderly, identifying their geographical distribution and methodological proposals. The results pointed to a need to increase the offer of the University Extension courses, from the Brazilian Federal Universities, aimed at the teaching of languages for the elderly; as well as detailing the methodological information about them.

KEYWORDS: Teaching-learning. English language. Teacher training. Elderly.

1 INTRODUÇÃO

O envelhecimento da sociedade já é uma realidade presente em diversos países, incluindo o Brasil, o que conduz a uma significativa preocupação sobre a capacidade de se enfrentar os desafios associados à mudança demográfica. Segundo estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgada em julho de 2018, a relação entre idosos e jovens está diminuindo e, até 2060, espera-se que "a população com mais de 60 anos mais que dobre de tamanho e atinja 32% do total de brasileiros" (VETTORAZZO, 2018).



Tais constatações implicam diretamente uma transformação social, na medida em que ampliam as suas expectativas de vida, não somente do ponto de vista biológico; mas, intelectual, profissional, social e afetivo. Segundo Veras (2009),

o prolongamento da vida é uma aspiração de qualquer sociedade. No entanto, só pode ser considerado como uma real conquista na medida em que se agregue qualidade aos anos adicionais de vida. Assim, qualquer política destinada aos idosos deve levar em conta a capacidade funcional, a necessidade de autonomia, de participação, de cuidado, de autossatisfação. Também deve abrir campo para a possibilidade de atuação em variados contextos sociais e de elaboração de novos significados para a vida na idade avançada. E incentivar, fundamentalmente, a prevenção, o cuidado e a atenção integral à saúde. (VERAS, 2009, p.549)

Isso significa que o envelhecimento deve ser pensado de uma maneira em que o idoso não perca a sua identidade cidadã, ou seja, não passe a ser apenas um indivíduo que necessite de cuidados e atenção especiais; mas, como alguém vivenciando uma nova etapa existencial e que pode ainda contribuir e participar junto à sociedade.

No entanto, é preciso compreender que a expansão do envelhecimento acontece de maneiras diferentes em relação aos gêneros, o que promove uma distinção de impactos na sociedade, conforme explica o UNFPA – United Nations Population Fund (2012),

em muitas situações, as idosas são comumente mais vulneráveis à discriminação, inclusive com menor acesso ao trabalho e ao atendimento à saúde; estão mais sujeitas ao abuso; têm negado o direito a possuir propriedades e a receber heranças; e lhes falta renda básica e previdência social. Mas os homens idosos, particularmente após a aposentadoria, também podem tornar-se vulneráveis devido à maior fragilidade de suas redes de suporte social e também por estarem sujeitos a abusos, particularmente abuso financeiro. Essas diferenças têm importantes implicações para políticas e planejamento de programas públicos. (UNFPA, 2012, p.4)

Tais considerações do UNFPA (2012) visam à evitar uma homogeneização desse grupo social, no que diz respeito às políticas públicas. Cada grupo de idosos "tem necessidades e interesses que precisam ser tratados com especificidade, por meio de programas e modelos de intervenção adequados a cada segmento" (UNFPA, 2012, p.4).

Além disso, o envelhecimento populacional tem desconstruído o discurso de que o idoso constitui um segmento social à margem, para apontar toda a sua importância como



contribuinte ativo para o desenvolvimento. Um dos caminhos, portanto, para fortalecer esse novo discurso é a educação.

Em 2003, o Brasil estabeleceu a **Lei n. 10.741**¹, a qual dispõe sobre o Estatuto do Idoso que além dos princípios de independência, participação, assistência, autorrealização e dignidade para todos os idosos, contempla a questão educacional em seu Capítulo V.

Assim, sob o viés educacional, apresentam-se diferentes possibilidades, sendo que o ensino de língua estrangeira (LE) para idosos tem se desenvolvido satisfatoriamente; sobretudo, pelas iniciativas dos Programas de Extensão Universitária (ProExt), as quais conseguem aliar a formação da prática docente com as demandas da população idosa.

As autoras, então, durante a disciplina PIPE 5 — Projeto Integrado de Práticas Educativas / O ensino de Língua Inglesa para adultos da Terceira Idade desenvolveram um levantamento de informações, a fim de apurar no rol das universidades federais de todo o Brasil, a quantidade de cursos de Extensão Universitária voltados ao ensino de idiomas para a Terceira Idade, identificando sua distribuição geográfica e propostas metodológicas.

É importante ressaltar que a referida disciplina está contemplada no Projeto Político Pedagógico do Curso de Letras (UFU, 2007, p.76-77), da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), para alunos do 5º período da habilitação em Inglês e Literaturas de Língua Inglesa.

Portanto, este artigo é resultado de um trabalho acadêmico e visa a contribuir com a construção de um perfil de cursos de Extensão Universitária dedicados ao ensino de Língua Inglesa para adultos da Terceira Idade, oportunizando a visibilidade deste tipo de proposta no âmbito das políticas públicas nacionais, conforme informações apresentadas nos pressupostos teóricos a seguir.

2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Por se tratar de um trabalho transdisciplinar, na medida em que "envolve mais do que a justaposição de ramos do saber" (CELANI, 1998, p.117), seguem abaixo informações

-

¹Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil 03/leis/2003/l10.741.htm.



importantes para a construção de um arcabouço teórico, no intuito de se justificar a relação que se pode estabelecer entre o envelhecimento e a educação.

2.1 Direitos Humanos e Envelhecimento

Mediante os dados do UNFPA (2012) em parceria com a HELP AGE INTERNATIONAL², a realidade da mudança demográfica promovida pelo envelhecimento populacional aponta cada vez mais para a necessidade da reafirmação do direito desse segmento populacional através das políticas de inclusão.

Como explica Rocha (2016), longe de ser um processo da ignorância, no tocante ao desconhecimento da natureza igualitária que atua sobre todos, a complexidade das relações humanas e sociais faz emergir traços de exclusão, segregação e/ou preconceito entre seus pares, em virtude dos valores psicossociais transmitidos e reafirmados de geração em geração.

Por isso, depois da Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento, em Viena (1982) e da elaboração do Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento, com 62 recomendações, em 1991, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou os princípios em prol das Pessoas Idosas, os quais se dividem em cinco seções.

Primeiro, a *independência* que significa incluir o acesso à alimentação, à água, à habitação, ao vestuário e aos cuidados de saúde adequados. Direitos básicos a que se acrescentam a oportunidade de um trabalho remunerado e o acesso à educação e à formação.

Depois, a *participação*, princípio segundo o qual as pessoas idosas deveriam participar ativamente na formulação e aplicação das políticas que afetem diretamente o seu bem-estar e poder partilhar os seus conhecimentos e capacidades com as gerações mais novas; bem como, poder formar movimentos ou associações.

Os *cuidados*, os quais as pessoas idosas deveriam poder se beneficiar especialmente aqueles provenientes dos familiares, ter acesso aos serviços de saúde e gozar os seus direitos

_

² É uma Organização Não-Governamental Internacional que auxilia os idosos a reivindicar seus direitos e lutar contra a discriminação e superar a pobreza, conquistando, portanto, a dignidade, a segurança e qualidade de vida.



humanos e liberdades fundamentais, quando residam em lares ou instituições que lhes prestem cuidados ou tratamento.

A *autorrealização* que significa propiciar às pessoas de idade a possibilidade de aproveitar as oportunidades de desenvolver plenamente o seu potencial, mediante o acesso aos recursos educativos, culturais, espirituais e recreativos da sociedade.

Por fim, a *dignidade* que significa que as pessoas de idade deveriam poder viver com dignidade e segurança, e libertas da exploração e maus tratos físicos ou mentais, ser tratadas dignamente, independentemente da idade, sexo, raça ou origem étnica, deficiência, situação econômica ou qualquer outra condição, e ser valorizadas independentemente do seu contributo econômico.

Desse modo, a expectativa dos organismos internacionais de Direitos Humanos é estabelecer uma consciência em relação ao envelhecimento, capaz de permitir a sustentabilidade das propostas de governança em equilíbrio com as demandas e o bem-estar da população, rompendo com o paradigma da exclusão de alguns segmentos, como é o caso do idoso.

E nesse contexto, se insere uma preocupação especial em relação ao Direito à Educação e à Cultura, conforme aponta o Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento deliberado pela Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento, em Viena (1982) e citado pela Organização das Nações Unidas (1991), ou seja, "(a) o direito das pessoas idosas a beneficiar de programas educativos; e (b) pôr os seus conhecimentos e experiência à disposição das gerações mais jovens" (não paginado).

Isso significa que o Estado deve proporcionar aos idosos programas de educação e formação adequados, com base na sua preparação, capacidades e motivação, podendo assim, alcançar os diversos níveis de educação. Desse modo, as pessoas idosas se tornariam aptas a desenvolver um sentido de autossuficiência e de responsabilidade na comunidade. Afinal, conforme muito bem apresentado por Whitaker (2010, p.182), "a escola deve ser chamada a colaborar na compreensão deste "novo" ator social". De modo que, tanto a sociedade quanto as próprias pessoas idosas sejam capazes de ultrapassar os estereótipos negativos em relação



aos idosos, tais como, considerá-los indivíduos com deficiências físicas e psicossociais, incapazes de funcionar com autonomia, ou que não desempenham qualquer papel nem têm qualquer valor na sociedade.

2.2 Educação: Sempre é tempo de aprender!

Conforme afirma Silveira (2010, p.20), "o idoso é uma parcela exigente da sociedade, que conta com experiência e conhecimento de mundo muito particulares e dignos de compartilhamento".

Essa afirmação merece bastante atenção. Afinal de contas, só aquele que consegue alcançar essa etapa da vida pode acumular as vivências oriundas da passagem do tempo e transmiti-las às futuras gerações. Envelhecer não significa um ponto final na existência; mas, a possibilidade de trazer consigo uma bagagem que pode colaborar na aquisição do novo que chega todos os dias.

No entanto, uma imensa parcela deles, especialmente os que vivem em países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos, alcançou a velhice sem ter desfrutado de oportunidade de estudo e aprimoramento intelectual, por diversas razões, inclusive, o ingresso no mercado de trabalho ainda na infância.

Isso pode ser explicado pelo fato de que a educação pedagógica adotada a partir do surgimento da sociedade moderna industrial destinou-se à formação dos indivíduos nos anos iniciais de suas vidas, para atender as demandas da indústria em formação. Assim, os mais velhos não eram prioridade; fosse pela própria fragilidade na condição física, ou fosse pelo fato de serem trabalhadores aposentados ou prestes a se aposentar (PERES, 2011).

Segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), em seu artigo 26,

1. Todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito. 2. A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos do ser humano e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou



religiosos e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948, não paginado)

Afinal, é necessário oferecer cada vez mais ferramentas de conhecimento capazes de permitir desbravar o mundo ao redor; bem como, constituir pontes relacionais com seus pares, de modo a desenvolver em plenitude todas as suas habilidades e competências cognitivas.

Carvalho e Marinho (2007), consideram que

sob seu aspecto mais amplo, a educação, deve possibilitar o desenvolvimento não só em conhecimentos, mas também nos aspectos: físico, intelectual, afetivo, social, artístico, espiritual e ético, com objetivos de promover uma consciência sobre seus direitos, estimular o espírito vocacional e a capacidade de integrar-se na sociedade como um gestor da própria vida, estimulando as relações intergeracionais, trabalhando para uma boa autoestima, tirando-os do isolamento social, promovendo a saúde e combatendo os preconceitos, enfim contribuir para uma melhor qualidade de vida das pessoas idosas (CARVALHO; MARINHO, 2007, p.2)

Isso significa que não se trata de qualquer proposta de Educação; mas, algo que de fato oportunize ao idoso a sua liberdade de expressão, sua autonomia, sua acessibilidade aos bens culturais, sua reintegração e transformação no âmbito da sociedade.

Inclusive, nesse contexto, o Brasil passou a reconhecer mais enfaticamente os interesses e as necessidades dos idosos, em relação à Educação, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96)³, capítulo II (da Educação Básica), seção V (da Educação de Jovens e Adultos), artigos 37 e 38.

De acordo com a referida legislação, a EJA está pautada em três funções fundamentais: Função reparadora → reparar os direitos civis negados (cidadania e resgate identitário); Função equalizadora → tornar possível o reingresso do cidadão à escola, possibilitando a essa demanda inserir-se no mercado de trabalho e na sociedade; e, Função qualificadora → formação continuada do indivíduo; assim, trata-se de uma proposta eficaz no sentido de promover a inclusão social, a (re)inserção no mercado de trabalho formal, a (re)construção da cidadania e o resgate da identidade social.

_

³ Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil 03/leis/19394.htm.



Desse modo, tais possibilidades de aprendizado vêm permitir-lhes interagir uns com os outros, exteriorizando seus pensamentos, sentimentos e emoções, através das diversas formas de comunicação e linguagem. Como explicam Coelho e Mesquita (2013, p.27), "o homem é, portanto, um ser cultural e é a cultura que o permite adaptar-se aos diferentes ambientes".

Mas, além da EJA, outras propostas de ensino voltado para o público idoso vêm se consolidando, como por exemplo, os cursos livres⁴ voltados para o ensino de idiomas, artes e conhecimentos de informática.

No caso dos cursos de idiomas, por exemplo, eles trazem uma possibilidade de ruptura com as concepções de língua e cultura como totalidades abstratas, fixas, estáveis e homogêneas; de modo que, de acordo com os valores sociais vigentes, suas propostas entendem que um projeto de inclusão para os idosos deve criar possibilidades de esses cidadãos dialogarem com outras culturas, o que envolve questões de ordem social, política, cultural e educacional.

Ao compreender que a língua se constitui um instrumento decisivo para esse processo, isso significa que ela não é apenas um exercício intelectual em aprendizagem de formas e estruturas linguísticas em um código diferente; mas, uma experiência de vida, na medida em que amplia as possibilidades de ser e de agir discursivamente no mundo.

Como explica Kumaravadivelu (2012), tal compreensão justifica a razão de que "os professores devem ser sensíveis aos contextos locais, institucionais, sociais e culturais em que a aprendizagem e o ensino ocorrem; se não, logo se tornará ineficaz e irrelevante" (tradução nossa)⁵.

No campo do ensino-aprendizagem de Línguas Estrangeiras (LEs), Porto (2013) esclarece um aspecto importante desse processo ao afirmar que,

⁴ De acordo com a Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), os Cursos Livres e Profissionalizantes enquadram-se na categoria de Formação Inicial e Continuada ou Qualificação Profissional, proporcionando ao aluno conhecimentos que lhe permitam inserir-se no mercado de trabalho, ou ainda aperfeiçoar seus conhecimentos em área específica. Os Cursos Livres e Profissionalizantes normalmente têm uma carga horária menor do que 2 anos.

⁵ The teachers must be sensitive to the local individual, institutional, social, and cultural contexts in which learning and teaching take place; if not, it will soon become ineffective and irrelevant.



a concepção do objetivo de aprender uma língua estrangeira depende, em grande escala, da motivação dos aprendizes. [...] De acordo com Guthrie ET AL. (2004) os alunos que são intrinsecamente motivados "têm maior interesse no que estão lendo e gostam de descobrir os significados sozinhos (...), eles ainda mostram um senso de responsabilidade maior e trabalham independentemente" (ROCHA; BASSO, 2008, p. 148). (PORTO, 2013, p.471)

Nesse sentido é que as propostas de ensino de idiomas para idosos têm se constituído a partir da Abordagem Comunicativa, pela qual os conceitos 'atividade', 'interação social', 'motivação' e 'postura comunicativa' exercem um papel fundamental.

Em relação às **atividades**, a aquisição da competência comunicativa na língua-alvo requer atividades focalizadas no desenvolvimento da fluência e da acurácia. Isso significa que as atividades centradas na acurácia refletem o uso correto da língua em contextos de aprendizagem formal e monitorada. E as atividades focalizadas na fluência refletem a comunicação real e o uso natural da língua em contextos situacionais, bem como o uso de estratégias de comunicação. Essas atividades permitem ao aluno interconectar as diferentes habilidades (Compreensão Oral e Escrita e Produção Oral e Escrita) e aplicar o resultado dessa aprendizagem.

Nesse sentido, por considerar a interação tanto como meio de ensino quanto como produto final é que o aspecto mais importante da utilização da Abordagem Comunicativa no ensino de LE para idosos esteja no fato dela contemplar a questão afetiva no processo de ensino-aprendizagem.

Conforme explica Portela (2006, p.53), "o aluno que está com autoestima ele se sente mais capaz de aprender, a motivação deixa o aluno mais concentrado nas explicações e a ansiedade tende a focalizar mais na forma do que na comunicação".

Desse modo, a partir do momento em que o aluno se sente respeitado, valorizado e estimulado, em sala de aula, se estabelece a consolidação da sua autonomia e confiança, o que favorece a manifestação de suas competências e habilidades para o aprendizado de uma língua estrangeira. No caso do idoso, esses aspectos se tornam ainda mais significativos.



E para que isso aconteça é necessário que o professor seja conhecedor desse processo e sinta-se confortável em desenvolver seu trabalho dentro dessa abordagem; pois, de acordo com Kuriki (2013, p.62), "o papel do professor, agora, é o de facilitador, que promove maneiras para que seus alunos desenvolvam suas habilidades de pensamento e de comunicação, com vistas para o futuro".

Nesse sentido, Machado et al. (2009, p.37) destacam a necessidade de o professor escolher temáticas e atividades motivadoras para a comunicação, preparar materiais didáticos que realmente atendam aos interesses de todos; em suma, planejar tudo satisfazendo ao equilíbrio do desenvolvimento das habilidades – Compreensão Oral e Escrita e Produção Oral e Escrita – por parte dos alunos.

2.3 O que são os Programas de Extensão Universitária?

Segundo o Capítulo III, Seção I, artigo 207, da Constituição Federal de 1988, "as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão".

E tal preocupação com a articulação desse tripé (ensino, pesquisa e extensão), apontando para a necessidade de uma formação acadêmica preocupada com as demandas e problemas da sociedade contemporânea, fez com que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBE), de 1996, viesse reafirmar essa questão em seu artigo 52.

O que se justifica, segundo Pimenta e Almeida (2012, p.24), pelo fato de que "o ensino superior é aquele que desencadeia conhecimento capaz de transformar a atuação do indivíduo como ser social".

Mas, além dos cursos de Graduação e Pós-Graduação oferecidos pelas Instituições de Ensino Superior (IES), a LDBE de 1996, em seu artigo 44, inciso IV, estabelece a possibilidade dos cursos de extensão, ou seja, "abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino".



É importante ressaltar que a modalidade não possui validade acadêmica, pois são cursos abertos à sociedade, qualquer pessoa pode se inscrever, desde que atenda os pré-requisitos estipulados pelas próprias instituições.

Então, dentro dessa proposta, em 2003, é criado o Programa de Extensão Universitária (ProExt) com ênfase na inclusão social, de modo a apoiar as instituições públicas de ensino superior no desenvolvimento de programas ou projetos de extensão que contribuam para a implementação de políticas públicas. No entanto, é em 2008, através do Decreto n.º 6495, de 30 de junho, que o Programa de Extensão Universitária – ProExt é formalmente instituído.

Atualmente, dentre os temas desenvolvidos pelo ProExt estão: 1. Os direitos humanos, 2. A educação de jovens e adultos, 3. A atenção à pessoa idosa, à pessoa com deficiência e às populações indígenas e quilombolas, 4. As atividades complementares ao Programa Brasil Alfabetizado, e 5. A Educação de jovens e adultos, incluindo apoio ao desenvolvimento de sistemas locais e regionais de educação, alfabetização e letramento.

Isso significa, então, que através do ProExt há uma infinidade de possibilidades a serem desenvolvidas em termos de educação para os idosos, inclusive cursos de Língua Estrangeira (LE).

Em relação aos cursos de idiomas, dada à especificidade do público alvo, ou seja, os idosos, o que ocorre é que eles demandarão um planejamento e uma estruturação ainda mais cuidadosa do que em relação cursos convencionais já existentes no mercado.

Por essa razão, tais propostas, em geral, se baseiam no conceito de competência comunicativa, construída gradativamente, respeitados os interesses, necessidades e potencialidades do público-alvo; bem como, possibilitando a verificação de como a oportunidade de estudar inglês é percebida pelos alunos, o exame do fator emocional nas relações interpessoais em sala de aula e a identificação das implicações da metodologia de ensino e do material didático utilizados no processo de inclusão e interação dos alunos.



3 METODOLOGIA

Conforme esclarecido inicialmente, este artigo é resultado da estruturação escrita, na forma de relato de experiência, de todo o processo desenvolvido para a atividade final da disciplina PIPE 5 – O ensino de Língua Inglesa para adultos da Terceira Idade, do Curso de Letras, da Universidade Federal de Uberlândia.

Assim, a primeira etapa da metodologia consistiu em um levantamento bibliográfico, para formação do arcabouço teórico, por meio de artigos e publicações acadêmicas.

Em relação à distribuição geográfica dos cursos de Extensão Universitária, voltados para o ensino de idiomas para a Terceira Idade, foi realizada uma busca no site do Ministério da Educação (MEC). Em seguida, foram listados todos os sites dessas instituições e organizados, por região brasileira.

A partir dessa etapa, se procedeu à verificação da oferta de cursos de Língua Estrangeira para idosos feita pelo *link* de busca no próprio site de cada instituição. No entanto, caso não fosse encontrado nenhum registro, uma segunda pesquisa era realizada no site da Google, contendo as seguintes informações: sigla da instituição + curso de LE para idosos.

Nessa segunda etapa foi possível encontrar registros de matérias a respeito de cursos de Língua Estrangeira para idosos oferecidos por uma determinada Universidade Federal, ainda que no site oficial dessa instituição nada tenha sido encontrado.

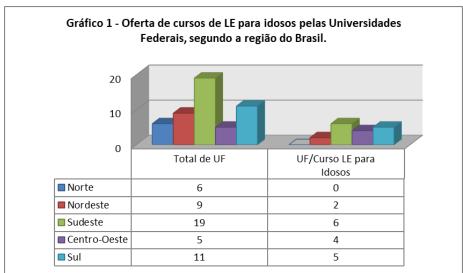
Quanto à identificação das propostas metodológicas utilizadas por esses cursos, segundo as demandas específicas do público alvo, seguiu-se a leitura do material coletado a partir da internet.

Depois de analisados os dados, foi feita a sua tabulação e a discussão, para que pudessem ser apresentados oportunamente na forma de painel.

4 RESULTADOS

O processo de verificação inicial da oferta de cursos de Língua Estrangeira para idosos apontou o indicado no Gráfico 1.





Fonte: As autoras.

Embora o país disponha de 69 Universidades Federais distribuídas pelos 26 estados da federação e mais o DF (MEC, 2020), é importante ressaltar que a pesquisa realizada tanto por meio do link de busca no próprio site da instituição quanto no Google, não conseguiu contemplar todas as instituições, ou seja, 72,5% do total.

Entretanto, quanto aos resultados encontrados, o percentual na pesquisa pelo link de busca no próprio site da instituição mostrou-se bem mais satisfatório se comparado à pesquisa no Google, 14 cursos (82%) e 3 cursos (18%) respectivamente.

Assim, a oferta de cursos de LE para idosos pelas Universidades Federais brasileiras foi presente nos sites das seguintes instituições: UFMA, UFPE, UFJF, UFU, UFTM, UNIFAL, UFSJ, UNIFESP, UNB, UFPR, UFSC, UFRGS, FURG, UNIPAMPA. No caso da UFG, UFMS e UFGD é que foi preciso uma segunda pesquisa no site da GOOGLE para verificação da oferta desses cursos.

Durante a etapa de pesquisa no site do Google, algumas matérias indicaram que "cursos de Língua Estrangeira para idosos" estavam acontecendo por meio da Universidade Aberta para a Terceira Idade⁶, ao contrário de uma iniciativa própria de algum departamento

-

⁶ Trata-se de um programa com cursos de atualização oferecidos pelas universidades à população mais idosa. Disponível em: https://www.educabrasil.com.br/universidade-aberta-a-terceira-idade/e https://www.aterceiraidade.net/conhecendo-e-entendendo-a-universidade-aberta-a-terceira-idade/



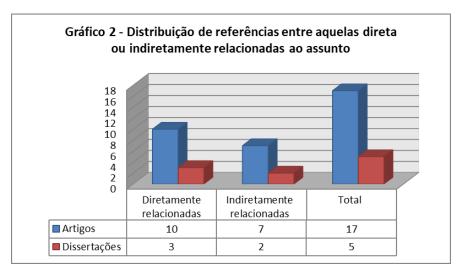
da instituição, ou mesmo, do curso de licenciatura em Letras com Habilitação em Língua Estrangeira. Porém, é importante esclarecer que nem toda proposta oferecida pela Universidade Aberta para a Terceira Idade contempla cursos de idioma.

Com relação à identificação das propostas metodológicas empregadas nos cursos de idiomas para a Terceira Idade, o tipo de informação disponível no site das universidades, ou no Google, não foi satisfatória, na medida em que não forneceu esse tipo de detalhamento.

A solução encontrada foi buscar entre as publicações acadêmicas sobre o assunto, na internet, e verificar o que elas traziam em relação à metodologia empregada para o ensino de LE para idosos. Utilizando novamente o Google, por meio das seguintes informações: artigos acadêmicos + curso de LE para idosos, foram levantadas 22 referências, distribuídas em 5 dissertações (23%) e 17 artigos (77%).

A partir desse *corpus*, foi feita uma análise preliminar, por meio dos títulos e *abstracts* (resumos) os quais continham alguma indicação de "ensino de idiomas para idosos".

Na distribuição das referências encontradas, verificou-se a existência daquelas diretamente relacionadas ao assunto e outras indiretamente relacionadas; mas, nem por isso, menos importantes no sentido de colaborar na compreensão geral sobre a temática relacionada ao idoso (Gráfico 2).



Fonte: As autoras



Tendo em vista que diferentes propostas de ensino de línguas, ao longo do tempo, têm evidenciado diferentes concepções sobre linguagem e como ela é aprendida e ensinada, para alguns autores não existe distinção entre os termos método e abordagem, uma vez que para eles não há diferença quando se fala em Abordagem da Gramática e Tradução (LEFFA, 1988; CESTARO, 1999) ou Método da Gramática e Tradução (TOTIS, 1991), por exemplo. Por isso, a importância foi estabelecer como o professor trabalha o ensino da língua estrangeira em sala de aula com os alunos.

Nesse sentido, então, uma nova verificação no *corpus*, citado anteriormente, se fez necessária e os resultados quanto às propostas para o ensino de LE para idosos, foram os seguintes: 5 artigos diretamente relacionados; 5 artigos indiretamente relacionados; e, 3 dissertações indiretamente relacionadas.

Assim, no contexto desse novo *corpus* o indicativo de referências entre aquelas direta ou indiretamente relacionadas ao assunto foi estabelecido com base em informações, tais como: "Tanto o método comunicativo quanto a chamada *perspective actionnelle*⁷ parecem, aliás, bastante eficazes em turmas de terceira idade, pela forma como estimulam o trabalho em grupo, as colaborações entre os alunos e, graças à sua inspiração construtivista, fazem da interação o eixo do aprendizado de língua estrangeira" (artigo 1); "Entretanto, percebemos que além da importância de falar uma língua estrangeira, essa inserção na oralidade, para os alunos da Terceira Idade, parece ter uma especificidade própria. Por essa razão, foi adotada, no curso proposto, a abordagem comunicativa, que se caracteriza por ter o foco no sentido, no significado e na interação que acontece entre os sujeitos aprendizes de uma nova língua" (artigo 2); "Aborda a escolha do livro didático selecionado; mas, não trata especificamente das propostas para o ensino de LE para idosos" (artigo 3): "A mediação do computador é uma ferramenta muito útil na aprendizagem de língua inglesa, pois possibilita o trabalho com a língua em uma abordagem comunicativa" (artigo 4).

_

⁷ Baseia-se essencialmente no curso da aprendizagem na forma de tarefas a serem desempenhadas, de modo que o aprendiz de uma linguagem se desloca para o usuário e o ator social, aquele que usa a linguagem para co-atuar na vida real.



No caso das dissertações, duas delas, não trataram especificamente das propostas para o ensino de LE para idosos, nem apresentaram sugestões e características do ensino a adultos, fazendo referência à Andragogia (HAMSE, 2018).

Diante do exposto, vale ressaltar que a carência de informações específicas e fundamentadas, em relação às metodologias, faz parecer que essas são menos importantes, ou desnecessárias, ou até mesmo complexas demais para constar para o público dos projetos de extensão.

Nesse sentido as considerações de Vilaça (2008, p.82) quanto ao "ecletismo no ensino de línguas estrangeiras como forma de liberdade e flexibilidade metodológicas", no intuito de romper "com a rigidez imposta por muitos métodos e a valorização dos professores, dos alunos e dos contextos de aprendizagem", podem auxiliar nessa compreensão. Porém, ele próprio esclarece que "o ecletismo deve ser compreendido como flexibilidade e não como ausência metodológica" (VILAÇA, 2008, p.82) e acrescenta que "ao adotar um método eclético, o professor deve ser capaz de fazer escolhas metodológicas que atendam às características e às necessidades de seu contexto pedagógico" (VILAÇA, 2008, p.82).

Inclusive, nesse contexto cabe esclarecer o entendimento quanto ao significado de método e de abordagem. Para Anthony (1963) apud Vilaça (2008),

a abordagem refere-se à visão geral sobre o que seja uma língua e sobre o que seja ensinar e aprender uma língua. Cabe ao método, estágio seguinte à abordagem, o papel de plano geral a para apresentação e ensino da língua. Este deve estar, portanto, de acordo com a abordagem, sendo derivado dela. (VILLAÇA, 2008, p.76)

Assim, a lacuna de informações existente pode ser considerada um equívoco, na medida em que quanto mais informações forem disponibilizadas ao público, mais endossado de credibilidade se torna o projeto e mais perceptível se torna o caminho a ser percorrido nesse processo de ensino-aprendizagem.

A demonstração da existência de um processo construtivo de ensino-aprendizagem baseado na pesquisa, na leitura, nas escolhas metodológicas em torno do assunto, aponta a presença de fundamentos científicos.



Além disso, as referências teóricas utilizadas na elaboração de uma proposta de ensino como esse contribuem como fonte de inspiração e motivação para o surgimento de outros cursos, em outros lugares. Esse compartilhamento é, portanto, bastante importante para o desenvolvimento tanto educacional quanto científico.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Garantir à população da Terceira Idade os seus direitos no exercício da sua cidadania ainda é um desafio, especialmente nos países em desenvolvimento como o Brasil; mas, pode ser consideravelmente mitigado a partir de iniciativas como as propostas através do Programa de Extensão Universitária – PROEXT.

Os exemplos da oferta dos cursos de Extensão Universitária, das Universidades Federais de todo o Brasil, voltados ao ensino de idiomas para a Terceira Idade assinalam a preocupação existente em fornecer-lhes oportunidades para sua independência/autonomia, participação ativa na sociedade e autoestima elevada na realização das atividades diárias. Mas, ainda requerem melhor distribuição pelas regiões do país.

Além disso, no que tange a divulgação e captação de interessados para esses cursos é fundamental oferecer informações metodológicas mais detalhadas sobre os mesmos. Afinal, como explicam Vasconcelos et al. (2016), "a metodologia de ensino e o material didático devem atender às necessidades e objetivos de cada grupo" (p.9).

Portanto, a partir do momento em que o aluno se sente respeitado, valorizado e estimulado pela proposta do curso, se estabelece a consolidação da sua autonomia e confiança, o que favorece a manifestação de suas competências e habilidades para o aprendizado de uma língua estrangeira.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE GERONTOLOGIA. Conhecendo e entendendo a Universidade Aberta à Terceira Idade. 30 set. 2013. Disponível em: https://www.aterceiraidade.net/conhecendo-e-entendendo-a-universidade-aberta-a-terceira-ida de/. Acesso em: 22 mai. 2018.



BRASIL. LEI Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil,** Brasília, DF, 23 dez. 1996.

_____.Lei n. 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 03 out. 2003.

CARVALHO E MARINHO, S. C. Educação para Idosos: Um Caminho para Cidadania. In: Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação; V Congresso Luso-Brasileiro; Colóquio Ibero-Americano de Política e Administração, 2007, Porto Alegre, RS. Anais... Porto Alegre, RS: Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE).

CELANI, M.A.A. Transdisciplinaridade na Linguística Aplicada no Brasil. In: SIGNORINI, I.; CAVALCANTI, M. (Org.). **Linguística Aplicada e transdisciplinaridade**. Campinas: Mercado de Letras, 1998, p. 116-126.

CESTARO, S. A. M. **O ensino de língua estrangeira: história e metodologia**. Disponível em: http://www.hottopos.com.br/videtur6/selma.htm. Acesso em: 22 ago. 2009.

COELHO, L. P.; MESQUITA, D. P. C. de. Língua, Cultura e Identidade: Conceitos intrínsecos e interdependentes. **ENTRELETRAS**, Araguaína/TO, v.4, n.1, p.24-34, jan./jul.2013.

HAMZE, A. **Andragogia e a arte de ensinar aos adultos.** Disponível em: https://educador.brasilescola.uol.com.br/trabalho-docente/andragogia.htm. Acesso em: 22 mai. 2018.

KUMARAVADIVELU, B. (Re) visioning language teacher Education. In:_____. Language Teacher Education for a Global Society. New York / UK: Routledge, 2012. p.1-19.

KURIKI, S. R. A utilização da música no processo de ensino-aprendizagem de Língua Inglesa em um mundo globalizado. In: NORTE, M. B. (Coord.). **Desafios para a Docência em Língua Inglesa: Teoria e Prática.** São Paulo: Universidade Estadual Paulista – Núcleo de Educação a Distância, 2013. 208p. il. e-Book.

LEFFA, V. J. Metodologia do ensino de línguas. In: BOHN. H. I.; VANDRESEN, P. **Tópicos em linguística aplicada:** O ensino de línguas estrangeiras. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1988. p.211-236.

MACHADO, H. B.; CHAVES, M. I.; OLIVEIRA, R. de C. da S. Inglês na terceira idade: Um sonho tornando-se realidade. **Revista Conexão UEPG**, Ponta Grossa, v.5, n.1, p.36-38, 2009.



MENEZES, E. T. de. **Universidade aberta à terceira idade.** 01 jan. 2001. Disponível em: http://www.educabrasil.com.br/universidade-aberta-a-terceira-idade/. Acesso em: 22 mai. 2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Governo Federal. Apresenta informações e serviços do Ministério da Educação. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/. Acesso em: 15 jul. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos** - Resolução 217 AIII, de 10 de dezembro de 1948. Disponível em:https://www.unicef.org/brazil/pt/resources 10133.htm>. Acesso em: 15 jan. 2018.

_____. Resolução n. 46, de 16 de dezembro de 1991. Direitos dos Idosos - Princípios das Nações Unidas para o Idoso. **Assembleia Geral das Nações Unidas 16/12/1991.** Disponível em:

http://www.sdh.gov.br/assuntos/conferenciasdh/4a-conferencia-nacional-dos-direitos-da-pes soa-idosa/documentos/direitos-dos-idosos-principios-das-nacoes-unidas-para-o-idoso > Acesso em: 15 jan. 2018.

PERES, M. A. de C. Velhice e analfabetismo, uma relação paradoxal: a exclusão educacional em contextos rurais da região Nordeste. **Revista Sociedade e Estado,** Brasília, DF, v.26, n.3, set./dez. 2011.

PIMENTA, S. G.; ALMEIDA, M. I. M. de (Org.). **Pedagogia Universitária:** caminhos para a formação de professores. São Paulo: Cortez, 2011. 248p.

PORTELA, K. C. A. Abordagem Comunicativa na aquisição de Língua Estrangeira. **Revista Expectativa**, Toledo, PR, v.5, n.5, p.51-68, 2006. Disponível em:http://saber.unioeste.br/index.php/expectativa/article/view/84/294. Acesso em: 15 jan. 2018.

PORTO, M. A. R. Um Ensino do Idioma Inglês: seu papel na inclusão social. **Revista Interdisciplinar** - Edição Especial ABRALIN/SE, Itabaiana/SE, a.8, v.17, p.469-478, jan./jun. 2013.

ROCHA, A. L. O papel da inclusão social no contexto educacional brasileiro. **Revista Travessias**, Cascavel, PR, v.10, n.1, p.398-411, 2016.

SILVEIRA, M. R. **O ensino de Língua Inglesa e o imaginário sobre o idoso.** 2010. 149f. Dissertação (mestrado) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

TOTIS, V. P. Língua Inglesa: Leitura. São Paulo: Cortez Editora, 1991.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Projeto Político Pedagógico do Curso de Letras. Coordenação do Curso de Letras, Uberlândia, 2007. Disponível em: http://www.ileel.ufu.br/letras/wp-content/uploads/2015/04/PROJETO_POLITICO_PEDAGOGICO_LETRAS.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2017.

UNITED NATIONS POPULATION FUND (UNFPA). **Ageing in the Twenty-First Century:** A Celebration and A Challenge. United Nations Population Fund (UNFPA): New York; Help Age International, London, 2012. Disponível em:https://www.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/Ageing%20report.pdf. Acesso em: 24 jun. 2018.

VASCONCELOS, E. B. de; BORGES, E. F.; SILVEIRA, K. S. D. Ensino-Aprendizagem de Língua Inglesa na Universidade Aberta à Maturidade: Experiência de inclusão e interação social na Terceira Idade. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA / JORNADA CHILENA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA, 2., 2016, Campina Grande. Anais... Campina Grande: Universidade Estadual da Paraíba; Universidade do Chile, 2016, p.1-12.

VERAS, R. Envelhecimento populacional contemporâneo: demandas, desafios e inovações. **Revista de Saúde Pública,** São Paulo, SP, v.43, n.3, p.548-554, maio/jun. 2009.

VETTORAZZO, L. **Cada vez mais velha, população brasileira chega a 208 milhões**. Folha de S. Paulo, São Paulo, 25 jul. 2018. Cotidiano. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/07/com-populacao-cada-vez-mais-velha-brasil-atinge-208-milhoes-de-pessoas.shtml. Acesso em: 25 jul. 2018.

VILAÇA, M. L. C. Métodos de Ensino de Línguas Estrangeiras: fundamentos, críticas e ecletismo. **Revista Eletrônica do instituto de Humanidades**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 26, p. 73-88, jul./set. 2008.

WHITAKER, D. C. A. O idoso na contemporaneidade: a necessidade de se educar a sociedade para as exigências desse "novo" ator social, titular de direitos. **Cadernos CEDES**, Campinas, SP, v. 30, n. 81, p. 179-188, mai./ago. 2010.